

§ 1º Esgotadas as tentativas de ressarcimento dos valores mediante recursos próprios, deverá ser processada a restituição por meio de desconto nos repasses de cotas do Fundo Partidário, observada a destinação ao Tesouro Nacional. (Grifei)

Em todo caso, verifica-se que, mesmo diante da devolução de recursos do Fundo Partidário, a prioridade é pelo pagamento com recursos próprios. Somente na impossibilidade, é que se faz com recursos do repasse do Fundo Partidário.

Para o FEFC, repito, não há qualquer disposição normativa flexibilizando a reposição por fonte diversa dos recursos próprios do partido.

Com efeito, ratifico os termos da decisão exarada no id. 7931958 e, assim, INDEFIRO o pedido de ressarcimento ao erário de forma parcelada e com recursos do Fundo Partidário, ante a ausência de previsão legal.

À Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação para que promova, sucessivamente:

A) A atualização do valor devido, com correção monetária e juros de mora, nos termos do §2º do art. 79 da Resolução TSE n. 23.709/2022;

B) A intimação do executado para pagamento do débito, com a devida atualização monetária e juros de mora, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando advertido que, em caso de não cumprimento voluntário da obrigação, o devedor estará sujeito à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação e ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 34 Resolução TSE n. 23.709/2022 c/c art. 523 do CPC.

C) Por fim, em caso de não apresentação do comprovante de recolhimento, dê-se vista à AGU para as providências que julgar necessárias, nos termos do §§2º e 3º do art. 34 da Resolução TSE n. 23.709/2022.

Publique-se.

Intime-se.

Porto Velho, 24 de março de 2023.

JUIZ IGOR HABIB - Relator

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS DE TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO DO TRE-RO AO ACT CNJ Nº 019/2022

Espécie: Extrato de Termo de Adesão do TRE-RO ao Acordo de Cooperação Técnica - ACT nº 019 /2022 - sob a égide do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM. Objeto da adesão: Desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a promoção da cultura de Direitos Humanos, com ênfase no controle de convencionalidade, no Poder Judiciário. Adesão assinada em 03/04/2023. Valor: Sem transferência de recursos financeiros. Vigência: o presente termo passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final de vigência igual ao do Acordo de Cooperação Técnica supramencionado. Signatário da Adesão: Desembargador PAULO KIYOCHI MORI, Presidente do TRE-RO. Processo: 0000303-49.2023.6.22.8000.

6ª ZONA ELEITORAL

INTIMAÇÕES